

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O PCP tem conhecimento de que o plano de reestruturação na TAP continua a avançar, e com isto o ataque aos trabalhadores e a destruição de postos de trabalho.

A pressão sobre os trabalhadores da TAP atingiu um nível nunca visto, com a Administração, depois de ter estendido o prazo ao programa de “medidas voluntárias”, estar agora a chamar de forma dirigida aos Recursos Humanos determinados trabalhadores para realizar autênticas operações de pressão e chantagem. Os critérios apresentados pela Administração para se dirigir a estes trabalhadores apresentam um espectro tão genérico como «Produtividade/Absentismo, Experiência, Contributo, Custo e Habilitações». A TAP neste ano de pandemia já perdeu cerca de 2500 trabalhadores, e a Administração agora afirma que devem sair mais 400 a 500 trabalhadores, sendo o método utilizado o da chantagem aos trabalhadores. Num contexto em que se prevê um significativo aumento do número de voos, com as medidas tomadas de combate à situação pandémica, a TAP continua no caminho de fazer sair trabalhadores, havendo já áreas em que o seu número é manifestamente insuficiente para o acréscimo de trabalho que se vislumbra.

Para o PCP fica cada vez mais claro que a aposta do Governo é aproveitar a pandemia para transformar a TAP numa sucursal de uma multinacional do sector aéreo, como é há muito o objetivo da União Europeia. É o futuro de centenas de famílias que está em causa. Famílias de trabalhadores que são essenciais para a recuperação da empresa.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição e nos termos e para os efeitos do artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, questionamos o seguinte:

1. Sendo o Estado o acionista maioritário da TAP, de que forma esteve envolvido na definição destes objetivos e procedimentos para diminuição de muitas centenas de postos de trabalho?
2. Conhece o Governo as consequências que terão os trabalhadores chamados aos Recursos Humanos que se recusem a aceitar qualquer medida proposta?
3. Perante as medidas de combate à situação pandémica e a perspetiva inerente de aumento do número de voos, como encara o Governo esta tentativa drástica de diminuição do número de trabalhadores?

4. Como encara o Governo o futuro da TAP, empresa estratégica do nosso País, com a perspetiva de diminuição que se pretende levar a cabo? Admite o Governo que o objetivo para o futuro da TAP é diminuir a sua dimensão?
5. Como encara o Governo o cenário de muitas centenas de trabalhadores e famílias que verão o seu futuro posto em causa com a destruição do seu posto de trabalho?

Palácio de São Bento, 27 de abril de 2021

Deputado(a)s

BRUNO DIAS(PCP)

DIANA FERREIRA(PCP)